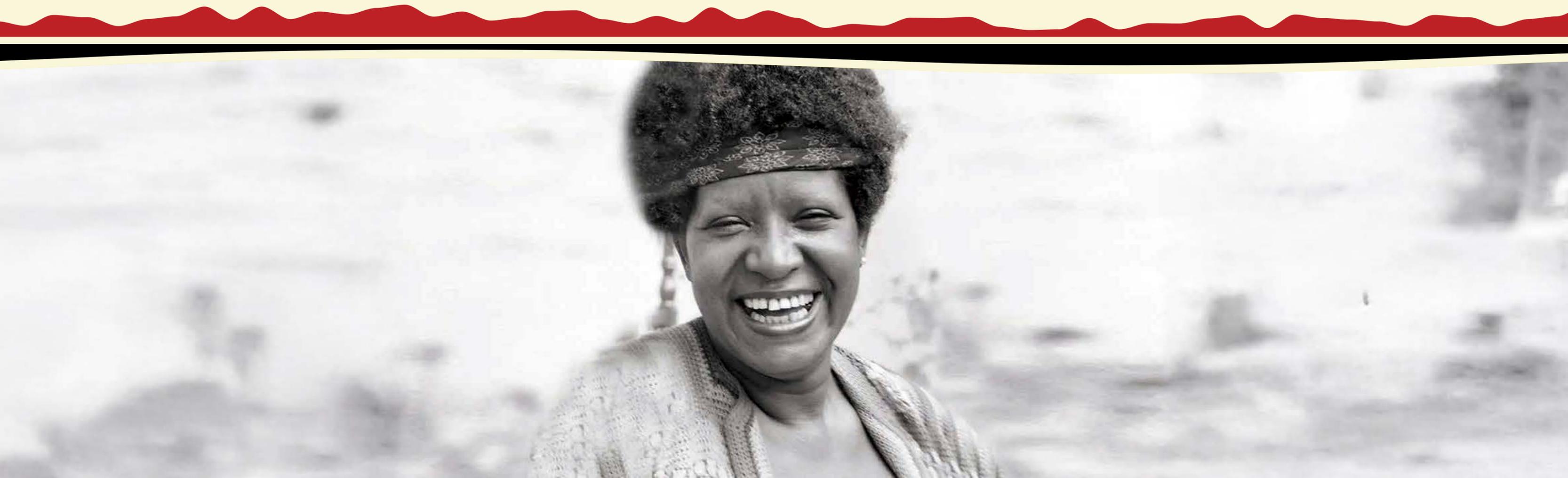


# Praia Vermelha



# Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## Temas Livres

**v.34 n.2**

**Jul-Dez/2024**

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



# Praia Vermelha

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

### REITOR

Roberto de Andrade Medronho

### PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

### DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

### VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

### DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

## REVISTA PRAIA VERMELHA

### EDITORA-CHEFE

Miriam Krenzinger UFRJ

### EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho UFRJ

### REVISÃO

Tikinet Edição LTDA EPP

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

### CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Lélia Gonzalez (Reprodução / Fundação Cultural Palmares)

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 3

### Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ



Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral  
ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

# Sumário

## 353 Editorial

*Miriam Krenzinger & Fábio Marinho*

## ARTIGOS TEMAS LIVRES



## 354 Pensando com(o) Lélia Gonzalez: a construção do pensamento feminista afro-latino-americano

*Brenda Steffani Marques Pereira*

## 369 A importância histórica da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

*Erick José Gonçalves dos Santos Silva et alia*

## 393 E a solidão das mulheres negras, cumé que fica?

*Patrick Oliveira & Jackson Roger de Oliveira*

## 423 Grupos reflexivos: cenários de uma política pública no sistema de justiça brasileiro

*Mariana de Freitas Barbosa & Cristiane Brandão Augusto*

## 445 A criança e a destituição do poder familiar em processos no Rio de Janeiro

*Elisa Costa Cruz*

## 466 A política de educação infantil no enfrentamento dos conflitos entre trabalho e família

*Simone Dalbello, Andrea de Sousa Gama & Vanessa Bezerra de Souza*

## 486 Problematizando a despolitização do trabalho social na Política Nacional de Assistência Social

*Helder Barros e Souza & Silvio José Benelli*

## CLASSICOS DA PRAIA VERMELHA

## 509 Notas sobre Cidadania e Modernidade

*Carlos Nelson Coutinho*



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

# Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## Pensando com(o) Lélia Gonzalez: a construção do pensamento feminista afro-latino-americano

**Lélia Gonzalez**  
**Antirracismo**  
**História intelectual**  
**Feminismo**

Tendo por objetivo apresentar a importância e o valor histórico do pensamento de Lélia Gonzalez, este artigo se utiliza dos livros e artigos da autora publicados nas décadas de 1970 a 1990 para apresentar os principais conceitos que, a partir da *práxis* intelectual da autora, foram capazes de produzir a síntese política presente no feminismo afro-latino-americano expresso no seu aclamado artigo “Por um feminismo afro-latino-americano”. A articulação dos conceitos trabalhados por Gonzalez confirma a sua importância e demonstra que a pensadora é um marco na história do movimento feminista brasileiro.

**Brenda Steffani Marques Pereira**  
*comunicabrenda@gmail.com*

Thinking with Lélia Gonzalez:  
Foundations for Afro-Latin-American  
Feminism

Aiming to present the importance and historical value of Lélia Gonzalez's thought, this article uses the author's books and articles published in the 1970s to 1990s, to present the main concepts that from the intellectual praxis of Lélia Gonzalez, were able to produce the theoretical synthesis present in their acclaimed “Afro-Latin-American Feminism”. The articulation of the concepts worked by Gonzalez confirm its importance and demonstrate that the thinker is a milestone in the history of the Brazilian feminist movement.

**Lélia Gonzalez**  
**Anti-racism**  
**Intellectual history**  
**Feminism**





## Introdução

Este artigo tem como base o campo da História denominado de História Intelectual, a fim de apresentar Lélia Gonzalez enquanto uma intelectual orgânica, que com suas produções e vida política revela seus vínculos “orgânicos” com a classe social da qual faz parte. Para Gramsci (2004), os grupos subalternos podem alterar sua situação ao criarem seus próprios intelectuais orgânicos, que buscam a construção de uma nova hegemonia na superestrutura civil e política e uma nova correlação de forças no plano estrutural e na base econômica da sociedade capitalista.

A autora, desde o fim dos anos de 1970, até o final de sua vida, escreveu diversos ensaios influentes em consonância com sua atuação política. Entre os mais conhecidos estão o “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1983), “Por um feminismo afro-latino-americano” (1988) e “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988), recentemente traduzido para o francês. Além disso, escreveu dois livros, *Lugar de negro* (1982), em coautoria com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, e o *Festas populares no Brasil* (1987), este último premiado na Alemanha. Sua trajetória intelectual é marcada por inúmeros escritos na imprensa alternativa, especialmente em periódicos feministas e negros, assim como importantes livros póstumos.

Gonzalez pode ter sido, em seu tempo, a intelectual negra que mais circulou internacionalmente, participando de diversas conferências proferidas em universidades, encontros acadêmicos e eventos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) e pioneira no desenvolvimento do feminismo negro brasileiro, desenvolvendo sua intelectualidade ao lado e em interface com a sua intervenção política e com sua contribuição para a investigação historiográfica.

O objetivo deste artigo é refletir sobre as categorias que ajudaram a intelectual a fundamentar seu pensamento, para reconhecer a perspectiva interseccional e de articulação dos marcadores sociais da diferença presentes no feminismo impulsionado pela autora. Tomamos como base as suas formulações sobre raça, classe e gênero, compreendendo que a articulação dessas categorias, que funcionam como fundamentos para seu feminismo afro-latino-americano (1988), e o que possibilita críticas ao movimento





feminista. Analisa os discursos sobre a mulher negra, a construção e manutenção do mito da democracia racial no Brasil e os diversos níveis de opressão a partir disso condicionados a mulheres negras. Articula, ainda, a dimensão da luta anticolonial do feminismo em prol das mulheres racializadas de toda América Latina.

A produção de Gonzalez está inserida em um momento de efervescência no movimento feminista, em que, no início dos anos 1970, pensadoras negras norte-americanas estavam refletindo sobre os limites do movimento e do pensamento feminista, a partir dos movimentos sociais e de suas próprias realidades. Dessa forma, surge uma série de problematizações do pensamento feminista relativas às operações de poder, em especial sua universalização a partir do paradigma ocidental de gênero (PISCITELLI, 2008).

No Brasil, a influência das mulheres negras estadunidenses se ampliou significativamente a partir de 1980, na medida em que as mulheres negras brasileiras contavam com reivindicações semelhantes (RIBEIRO, 2018, p. 29). Lélia Gonzalez cumpriu um papel central, pois ajudou a desenvolver essa nova influência de forma a produzir seus textos sobre o reflexo dessas principais reivindicações.

O movimento posto em prática pelas mulheres negras foi o de enegrecer um feminismo, que é marcado por uma identidade branca e ocidental fundante do feminismo clássico. As mulheres buscam revelar as insuficiências, teóricas e práticas, em relação aos feminismos desenvolvidos em sociedades multirraciais e pluriculturais, como é o caso da sociedade brasileira. É nesse sentido que Sueli Carneiro expressa a vontade das mulheres negras em buscarem

[...] assinalar, com ela [a expressão “enegrecendo o feminismo”], a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pode-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 118).



Para superar as formulações ocidentais e se contrapor ao feminismo hegemônico, Gonzalez se aprofunda sobre a necessidade da articulação de raça, classe e gênero para a produção de um movimento feminista de fato brasileiro, em que as mulheres racializadas latino-americanas tenham um papel de protagonismo. Como veremos, será a análise de Gonzalez, articulando as categorias de raça, classe e gênero, que produzirá o reconhecimento de um outro feminismo para mudar a realidade de mulheres racializadas no interior do movimento feminista e fora dele.

### **A construção do pensamento de Gonzalez e as articulações de raça, gênero e classe**

É muito importante para o entendimento de um intelectual reconhecer as influências exercidas sobre o seu pensamento, assim como o contexto em que este pensamento é desenvolvido. Na maioria das vezes essas interações, que aqui estamos chamando de influências, atestam que este faz parte de um contexto em que os diálogos entre as produções e as manifestações críticas são determinantes para o aprimoramento dos resultados do seu trabalho intelectual.

Ao analisarmos o contexto historiográfico veremos que Gonzalez produz em um momento marcado pelas pesquisas impulsionadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nos anos de 1949 a 1964, essa entidade foi importante ao patrocinar pesquisadores para que realizassem análises comparativas entre os Estados Unidos, um modelo racial segregacionista, e o Brasil, um modelo de harmonia racial. Além do propósito científico, a UNESCO também tinha objetivos políticos-ideológicos, pois a intenção era apontar o Brasil como um exemplo a ser seguido de convivência harmoniosa entre as raças.

O resultado desse grande projeto da UNESCO, ao contrário da hipótese levantada, colocou em evidência que o que se chamava de “democracia racial brasileira” era na verdade um mito. Assim, o “problema do negro” norte-americano se fazia presente na “versão brasileira”, o que impunha como novidade a tarefa de propor juízos normativos para resolvê-lo, utilizando sentenças sociológicas (GRIN, 1999, p. 147).



Com essa pesquisa foi possível uma “segunda geração” dos estudos sobre a questão racial no Brasil. A primeira era – a das produções de Gilberto Freyre e outros racialistas –, marcada por um enfoque em uma visão harmônica e sem conflitos nas relações sociais, foi construída em um momento-chave para a constituição do ideário de nação brasileira. Já a segunda foi marcada por uma visão crítica à ideia de harmonia racial, pelo apontamento de que há racismo no Brasil e um enfoque sobre as formas como o racismo afeta as relações subjetivas e as desigualdades socioeconômicas.

Nesse segundo período de produção intelectual, as principais elaborações historiográficas também conviveram com o contexto de luta de emancipação das mulheres, da luta dos direitos civis dos negros norte-americanos, das guerras contra o sistema colonial no continente africano, da ascensão dos governos militares na América Latina e das oposições a eles por parte da sociedade civil.

Lélia Gonzalez se encontra inserida nessa série de diálogos feitos com a produção do seu país, visto que a intelectual fez fortes críticas aos chamados “intérpretes do Brasil”. Em suas obras, por exemplo, reage ao arianismo de Oliveira Vianna e ao elogio à mestiçagem de Gilberto Freyre, e faz críticas a Caio Prado Júnior por suas formulações patriarcais em seu famoso *A formação do Brasil contemporâneo*. No campo da sociologia, além da pensadora estabelecer uma interlocução no Brasil com o pensamento de Florestan Fernandes, Clovis Moura, Guerreiro Ramos e pensadores do Rio de Janeiro, também acompanhava a relevante escola baiana e seus expoentes.

Da produção que vinha sendo realizada pelas pesquisadoras do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Gonzalez discutia em primeira mão e citava os manuscritos de Lucia de Oliveira, Rosa Porcaro e Teresa Cristina Araújo Costa. No campo antropológico, acompanhava as formulações culturalistas de Arthur Ramos, bem como as reflexões estruturalistas formuladas por Roberto DaMatta, este de particular interesse da autora justamente por suas análises do componente ritualístico, como as festas e o Carnaval (LIMA; RIOS, 2020, p. 7).

Conhecendo esse contexto historiográfico de novas produções sobre a questão racial, podemos situar Lélia Gonzalez e seu





pensamento, entre os anos 1970 e 1980, a partir das suas discussões sobre a redemocratização, o mito da democracia racial, a formação do capitalismo brasileiro, e a constituição do racismo e do sexismo na sociedade brasileira. Essas são algumas das diversas referências que podemos reconhecer que Gonzalez recebeu diversas influências historiográficas que incorporou às suas obras ou com que estabeleceu um diálogo mais crítico, mas que continuam a manter grande importância.

De acordo com Raquel Barreto (2018), Lélia Gonzalez apresenta duas fases de desenvolvimento de seu pensamento. A primeira vai da década de 1970 ao início dos anos 1980, em que a autora demonstra interesse em compreender a formação do capitalismo brasileiro considerando o papel das questões raciais. Esse é um momento de forte influência marxista e de suas categorias de análise em seu pensamento, ainda que a autora faça com essa matriz um diálogo bastante crítico. E a segunda fase se dá no decorrer dos anos 1980, em que as categorias marxistas de análise vão dando lugar a um diálogo com a psicanálise, o feminismo e o pan-africanismo.

Nessa segunda fase se encontra a visão interseccional das categorias de raça, classe e gênero e a formulação do feminismo afro-latino-americano. Gonzalez foi uma das pioneiras entre os intérpretes do país ao entender de forma indissociável o marcador social da diferença classe, raça e gênero, categorias que na maioria das vezes eram pensadas analiticamente de forma distinta. Assim como presente em outras produções das feministas negras, o conceito de interseccionalidade, ainda que não nominalmente, está contido no conteúdo de seu pensamento, em que a autora ainda acrescenta a relação e proximidade entre a América Latina e o continente africano.

Ao analisar a categoria classe, Gonzalez não faz a partir de um “marxismo ortodoxo” com abordagem fortemente economicista e que dilui a categoria “raça” em seu interior. A autora considera que para os “marxistas ortodoxos” “a discriminação não passa de um instrumento manipulado pelo capitalista que visa [...] dividir o operariado” (GONZALEZ, 2018 p. 62), o que demonstra uma visão equivocada de interpretação do capitalismo brasileiro.

Para a intelectual, “o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de



participação na força de trabalho, ‘coincidentalmente’, pertencem exatamente às mulheres e à população negra” (GONZALEZ, 2018, p. 57). Ou seja, a formação da figura do trabalhador livre típico do capitalismo no Brasil passou por “fatores deformadores”, em que as relações raciais e de gênero integram o sistema e o beneficiam (GONZALEZ, 2018, p. 55). O racismo é, então, um pilar importante para a sustentação da exploração capitalista, pois para Lélia Gonzalez

O racismo [...] denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social (GONZÁLEZ, 2018, p. 98).

Dessa forma, tanto o racismo como o sexismo se transformam em parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo e na reprodução da divisão racial ou sexual do trabalho. Veremos essas formulações e uma influência marxista em diversas produções de Lélia Gonzalez, com centralidade nos artigos “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira” (1979), “Cultura, etnicidade e trabalho” (1979) e “A juventude negra brasileira e a questão do desemprego” (1979), e no livro *Lugar de negro* (1982).

Para a intelectual, a escravização e seus efeitos não foram superados apenas com a constituição do capitalismo brasileiro e suas novas formas de produção. O conteúdo racial está presente na formação estrutural e ideológica do sistema dominante, ainda mais em país de capitalismo dependente:

A dependência em relação aos “centros” do modo de produção capitalista indica de que maneira o Brasil se situa em termos de mercado mundial. Além disso, a perpetuação de formas produtivas anteriores se acrescenta como um dos fatores que, em termos de limitação externa, condicionam o nosso desenvolvimento econômico desigual e combinado (GONZALEZ, 2020 [1979], p. 183).

Mas, apesar da forte influência racial na forma como nosso país se desenvolve nacional e mundialmente, a autora atesta que será a negação sobre o passado escravocrata, racista e hierárquico da sociedade do país que irá produzir as especificidades do racismo

à brasileira. A neurose cultural, para Gonzalez, é sintomática principalmente desse racismo. Na medida em que o racismo é, para a autora, constituinte de benefícios sociais para brancos de todas as classes sociais, ele é produtor de subjetividades negras subalternas e subjetividades brancas narcisistas, de poder branco naturalizado e não socialmente questionado.

Essa neurose cultural impossibilita que se fale sobre o racismo, dessa forma ele se torna um tabu, mascarado pelo discurso de sua não existência, um racismo de denegação, caracterizado pela celebração de uma democracia racial com efeitos violentos sobre as mulheres negras. Pois será ancorado no estupro de mulheres negras que o mito da democracia racial passa a existir e ser celebrado.

Ao demarcar a origem desse mito, Gonzalez afirma que é o resultado da violentação das mulheres negras por parte dos senhores de engenho, os diversos estupros de traficantes de escravos, que dá o fruto desse país miscigenado, e faz parte da origem, na década de 1930, da criação do mito que, até os dias de hoje, afirma ser o Brasil uma democracia racial (GONZALEZ 2020, p. 50).

Essa dinâmica de grande violação sobre as mulheres negras foi amplamente celebrada nas produções historiográficas como relações consentidas, e proporcionou sobre elas uma série de subalternizações e estereótipos que tiveram o mito da democracia racial como fundante. Ao analisar a situação das mulheres negras desde o período da escravização, Gonzalez compreende que o racismo na

[...] sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. [...] Que nos levaram a retornar à questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 2020 [1983], p. 76).

A democracia racial em suas violências produz essas três categorias de estereótipos que se relacionam entre si: mãe preta, empregada doméstica e mulata. A “mãe preta”, para Gonzalez, é a figura que deriva da mucama, responsável pela manutenção da “casa grande” e compreendida pela ideologia branca como passiva e benevolente, e por isso foi amplamente folclorizada. Mas, para a intelectual, será justamente ela a responsável pela



criação e educação dos filhos dos senhores brancos, o que vai africanizar a nossa cultura e dialeto por meio da transmissão dos valores afro-brasileiros, e dessa forma se torna a responsável pela efetivação do *pretuguês*, resistência feita a partir da linguagem. É por isso que Gonzalez “refuta a ideia da mãe-preta como o exemplo da harmonia racial no Brasil, e define que ela exerceu uma resistência passiva, porém eficaz do ponto de vista simbólico, dando uma rasteira no pessoal da casa grande” (BARRETO, 2005, p. 40).

Já a figura da empregada doméstica marca o processo de passagem do trabalho escravizado para o trabalho livre, em que os homens negros encontravam as maiores dificuldades para utilização da sua mão de obra e em que as mulheres negras permaneceram responsáveis pela execução de trabalhos domésticos, como as lavadeiras e empregadas domésticas, e passaram a ocupar uma posição de destaque dentro da comunidade, na maioria das vezes sustentando financeiramente as famílias. No marco dessa divisão racial e sexual do trabalho, a inferioridade e a subordinação se tornam condição naturalizada para as mulheres negras. Por isso, para Gonzalez

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. (GONZALEZ, 2020 [1979], p. 44).

A naturalização impõe que “empregada doméstica” não seja apenas a condição de trabalho que as mulheres negras ocupam, mas também o lugar simbólico destinado a elas; ainda que essa mulher negra tenha vivenciado uma ascensão social, estará sob o signo de um corpo destinado ao trabalho, chegando a passar por situações públicas de racismo que demonstrem que o lugar a ser ocupado por ela é o de empregada doméstica.

Por fim, a mulata nas produções de Gonzalez era definida como um tipo de “trabalho especial” destinado à mulher negra, definido pela “mestiçagem”. Era a condição de exploração sexual que nomeava essas mulheres negras como “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos nacionais burgueses por meio da sua exposição como passista em





espetáculos de carnaval (GONZALEZ, 2020 [1979], p. 44). Nesse sentido, a condição de exploração sexual da mulata

Resultou na reatualização do ideário da democracia racial que colocava as mulheres negras como objeto sexual. Como afirmava um ditado popular da época colonial: “Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar”. Reafirmando a visão distorcida sobre sensualidade das negras consideradas mais exuberantes, por serem da “cor do pecado” (BARRETO, 2005, p. 44).

A figura da mulata, celebrada amplamente no carnaval brasileiro, coloca a mulher negra na condição de um corpo que pode ser explorado sexualmente, em que a sua sensualidade é naturalizada pela cor, e pode justificar estupros e violações, fazendo com que essa mulher não ocupe o lugar de parceira fixa ou parceira para casar enquanto “seus corpos são vistos como corpos animalizados: de certa forma, são os ‘burros de carga’ do sexo (dos quais as mulatas brasileiras são um modelo)” (GONZALEZ, 2020 [1988], p. 135). As figuras da mulata e da empregada doméstica estão conectadas, pois para González

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 2020 [1983], p. 80).

Dessa forma, essas três categorias, de “mãe preta”, “empregada doméstica” e “mulata”, apresentadas por Lélia Gonzalez, demonstram as formas como o racismo, articulado com o sexismo, apresentam efeitos específicos sobre as mulheres negras, os quais se desdobram na naturalização desses estereótipos e nas diversas violências que eles produzem no cotidiano. Podemos também compreender esses estereótipos utilizando a lente da interseccionalidade, em que a perspectiva racial se encontra na “mãe preta”, a perspectiva de classe na “empregada doméstica” e o sexismo na “mulata”. Lélia Gonzalez



não enxerga os estereótipos de forma separada, mas os reconhece em articulação. Essas compreensões serão base para a construção de um feminismo afro-latino-americano.

### O feminismo afro-latino-americano de Lélia Gonzalez

Na medida em que Lélia Gonzalez se aprofunda na sua militância política e intelectual, se propõe a ser uma formuladora para que o movimento feminista compreenda que a raça também constituía um forte elemento de exclusão, e, por esse motivo, dita como a mulher negra vivencia o gênero. Nesse sentido, a ausência de uma articulação de raça, gênero e classe faz com as feministas reproduzam opressões em relação às mulheres negras e não reconheçam seus privilégios de raça e classe. Para a intelectual, “o movimento feminista tem suas raízes históricas mergulhadas na classe média branca, o que significa muito maiores possibilidades de acesso e de sucesso em termos educacionais, profissionais, financeiros, de prestígio etc.” (GONZALEZ, 1981, p. 8).

Sem uma reflexão sobre as disparidades de classe e raça que atravessam a maior parte das mulheres brasileiras, o movimento feminista branco acaba por pautar apenas a sua emancipação, com poucos efeitos para mulheres negras. Dessa forma, para a intelectual,

tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação. Surge, portanto, a pergunta: como podemos explicar esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista (GONZALEZ, 2020 [1988], p. 128).

Lélia Gonzalez foi pioneira ao questionar o conteúdo racista do feminismo hegemônico, cujas ações negligenciaram as demandas e especificidades das mulheres racializadas. Influenciada pelas ideias anticoloniais, Lélia defendia a descolonização do feminismo e, conseqüentemente, a fundação de um “feminismo afro-latino-americano”, protagonizado por negras e originárias da América Latina. Por conta da ausência do protagonismo de mulheres racializadas, o feminismo

perde muito de sua força abstraindo um fato da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. [...] Falar



de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas (GONZALEZ, 2020 [1988], p. 129)

É por isso que Gonzalez propõe a existência de um feminismo afro-latino-americano, por entender que há muito na experiência das mulheres racializadas da América Latina que precisa ser visto com centralidade nos feminismos. A proposta da intelectual, a partir do diálogo com raça, classe, gênero e etnia, é que seja construído um feminismo popular que articule as principais questões vividas do cotidiano, de trabalho, sobrevivência familiar e discriminação racial que essas mulheres vivenciam. Não propõe que a atuação do feminismo afro-latino-americano parta apenas do movimento feminista, mas também que esteja conectado com os movimentos étnicos. Ao explicar o porquê escreveu o artigo “Por um Feminismo afro-latino-americano”, Gonzalez pontua que precisamos de uma

reflexão sobre uma das contradições internas do feminismo latino-americano, [e fazer] uma contribuição modesta para seu avanço, afinal, sou feminista. Destacando a ênfase colocada na dimensão racial quando se trata da percepção e compreensão da situação das mulheres no continente, tentarei mostrar que, dentro do movimento de mulheres, as negras e indígenas são o testemunho vivo dessa exclusão. Por outro lado, com base em minhas experiências como mulher negra, tentarei destacar as iniciativas de aproximação, solidariedade e respeito à diferença por camaradas brancas efetivamente comprometidas com a causa feminista. A essas mulheres-exceções eu chamo de irmãs (GONZALEZ, 2020 [1988], p. 139).

Isso demonstra que, mesmo em diálogo crítico, Lélia Gonzalez não rejeitava a construção do feminismo enquanto vertente e combatia a ideia reproduzida tanto no movimento feminista como no movimento negro de que as feministas negras queriam dividir os dois movimentos e que mantinham atuações sectárias. Para Alex Ratts e Flavia Rios (2010),

A visão política de Lélia não consistia, portanto, na sectarização do movimento. Ao contrário, relatos ao seu respeito indicam uma personalidade forte e agregadora. Aliás, como ela gostava de dizer,



“[é] preciso ser radical sem ser sectário”. Ou seja, realizar a difícil tarefa de articular possibilidades de transformação e unidade de luta em um contexto no qual a diferenciação dos movimentos sociais era sensivelmente marcante, pois todos queriam afirmar sua singularidade e autonomia (RATTS; RIOS, 2010, p. 76).

Mas Lélia Gonzalez defendia que não era possível continuar um movimento negro que negligenciasse as questões de gênero ou mesmo um feminismo que não compreendesse a amefricanidade, em que

[...] para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – assim como para ameríndias – a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pela racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada [...] (GONZÁLEZ, 2020, p. 147).

O valor metodológico do conceito de amefricanidade, articulado às categorias de raça, classe e gênero, permitem a possibilidade de resgatar uma unidade específica de um sistema etnogeográfico de referência, em que a descendência, tanto dos africanos trazidos pelo tráfico de escravos, como daqueles que já estavam nas Américas, possa dar significados específicos à sua existência social, econômica e política.

### Considerações finais

Conhecer a construção do pensamento de Lélia Gonzalez a partir dos principais conceitos desenvolvidos pela intelectual é essencial para compreender a necessidade de um movimento feminista afro-latino-americano. Demonstrou a partir de suas obras que o mito da democracia racial proporcionou uma violência específica sobre mulheres negras, promovendo, a partir da articulação de estereótipos alicerçados nas categorias de raça, classe e gênero, a subalternização e a marginalização destas.

A intelectual construiu seu pensamento refletindo sobre a condição estrutural do racismo e suas articulações com o sexismo para produção de exploração e opressão na estrutura capitalista. Foi partindo da análise da condição das mulheres negras e suas diversas formas de violação que demonstrou como o lugar naturalizado de inferioridade condicionado pelos estereótipos

a serem ocupados de “mãe preta”, “empregada doméstica” e “mulata” precisavam ser vistos com a lente anticolonial e combatidos de forma afrocentrada pela evocação da nossa amefricanidade. Em que, ao invés de esconder, reforçamos nossas origens.

Lélia Gonzalez forneceu, com outras importantes feministas negras, as principais críticas ao movimento feminista, exigindo a existência de um movimento feminista que partisse dos atravessamentos e demandas das mulheres racializadas e que abandonasse as concepções ocidentais e brancas. Dessa forma, para Gonzalez é importante que o movimento feminista se estruture a partir de uma lógica anticolonial e enegrecida para lutar por uma emancipação real de mulheres negras e originárias. É para isso que, de forma brilhante, Lélia Gonzalez nos deixa o feminismo afro-latino-americano.

### Referências bibliográficas

BAIRROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i23.20990. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BARRETO, R. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio), Rio de Janeiro, 2005.

BARRETO, Raquel. Lélia Gonzalez: uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 12-27.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento . *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 49, p. 117–133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>.. Acesso em: 15 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003

DURIGUETTO, Maria. *A questão dos intelectuais em Gramsci*. Revista Serviço Social, n. 118, São Paulo, p. 265-293. 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afrolatinoamericano*. RIOS, Flavia. LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

\_\_\_\_\_. "Mulher negra". *Mulherio*, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 8-9, 1981

\_\_\_\_\_. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura: Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. *Escritos políticos (1921-1926)*. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRIN, Mônica. Rigor sociológico e estudos sobre negros: uma contribuição de L. A. Costa Pinto In: *Ideias de modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa*; MAIO, Marcos Chor e VILLAS BÔAS, Gláucia Pinto (orgs.). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p. 147, 1999.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 15 jun. 2024.

RATTS, Alex. RIOS Flavia. Lélia Gonzalez. *Retratos do Brasil Negro*, São Paulo : Selo Negro, 2010.

RIOS, Flavia. "Um pensamento feminista negro no Brasil: a produção de Lélia Gonzalez". Comunicação apresentada no Colóquio "Feminismo negro: Lélia Gonzalez e Angela Davis". Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. Companhia das Letras: 1a ed. São Paulo, 2018.



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado entre janeiro e fevereiro de 2025 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).